

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12

15blisy-cb\listhoq\vd_mcoo.npici\isup.www\vaqjtdf ms oēysciheV .efnemscimotale obsnizea cinernucoD
HIGHH-12Y1-CY0MY-A8YB ogib0b ob zavaris



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
 Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
 Edifício CEO Salvador Shopping - Torre Londres
 41820-021 - Salvador/BA - Brasil
 Telefone +55 (71) 3273-7350
 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da
 Distribuidora de Água Camaçari S.A.
 Camaçari, Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Distribuidora de Água Camaçari S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Distribuidora de Água Camaçari S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas Explicativas nº 1.4 e 14 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras incluem imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela administração, aprovados em seus níveis de governança.</p> <p>Para elaborar as projeções de lucros tributáveis futuros para verificar a realização desses ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado além do crescimento esperado no mercado de atuação, tais como (i) volume de receita, (ii) custos e (iii) taxas de inflação.</p> <p>Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade, entendemos que esse é um assunto significativo em nosso trabalho de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas efetuamos: <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação das principais premissas utilizadas pela Companhia, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como o crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados como taxa de inflação e outros com fontes externas e avaliamos a consistência das premissas com os planos de negócio aprovados pela Companhia; (ii) Avaliação sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e (iii) Se os cálculos matemáticos estão adequados; - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de abril de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Marcelo Pereira Gonçalves

Contador CRC 1SP220026/O-3

15b1isy-sb1ishoq1vd.mco.npizialisup.www.\vazqj1f ms oēyascitheV .efnmemscimontele.obsnizee otnermuooc
H1@HH-18Y1-CY@MY-ABY@ ogib@ ob zavatis

Distribuidora de Água Camaçari S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023***(Em Milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/24	31/12/23	Passivo	Nota	31/12/24	31/12/23
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.852	41.595	Fornecedores e outras contas a pagar	9	14.449	5.558
Aplicações financeiras	4	6.003	1.126	Empréstimos e financiamentos	10	-	546
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	17.994	18.429	Debêntures	11	17.160	51.002
Ativo de contrato		777	-	Salários e encargos sociais	12	5.287	5.682
Tributos a recuperar	6	860	262	Tributos a pagar	12	2.961	2.404
Imposto de renda e contribuição social		1.001	21	Imposto de renda e contribuição social		276	579
Estoques	7	5.686	5.570	Dividendos	16	13.166	12.323
Outros ativos		1.237	400	Passivo Ambiental	15	48	48
				Outros passivos		1.450	2.601
				Passivos de arrendamentos	18	663	-
Total do Ativo Circulante		71.410	67.403	Total do Passivo Circulante		55.460	80.743
Não Circulante				Não Circulante			
Caixa restrito	4	13.540	13.723	Debêntures	11	46.316	12.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	12.291	23.503	Tributos a pagar	12	600	-
Tributos a recuperar	6	1.092	1.261	Passivos de arrendamentos	18	1.262	-
Outros Ativos		-	11				
Total do realizável a longo prazo		26.923	38.498	Total do Passivo Não Circulante		48.178	12.696
Imobilizado	8	151.197	116.072	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		103.638	93.439
Direito de uso	18	2.650	-				
		153.847	116.072	Patrimônio Líquido			
Total do Ativo Não Circulante		180.770	154.570	Capital social	16	42.630	42.630
				Reserva de lucros		105.912	85.904
				Total do Patrimônio Líquido		148.542	128.534
Total do Ativo		252.180	221.973	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		252.180	221.973

 sisfave qd coobgd 8pAY8Y-JM@D-D-1L12-HHGH
 DocumDoc
 H
 ms o5qscitna V .efmeincinonteie obseizae omnemuoD
 www.vizatitf.izafitf
 mcoo.ncpiizitf
 mcoo.ncpiizitf

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/24	31/12/23
Receita operacional líquida	17.a	191.518	184.214
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	17.b	(91.707)	(94.656)
Lucro bruto		99.811	89.558
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	17.b	(9.903)	(9.258)
Perda por redução ao recuperável de contas a receber	17.b	(60)	71
Outras receitas operacionais	17.b	990	1.017
		(9.873)	(8.170)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		99.938	81.388
Receitas financeiras	17.c	6.841	5.816
Despesas financeiras	17.c	(17.736)	(10.285)
Resultado financeiro líquido		(4.895)	(4.469)
Lucro/(Prejuízo) antes de impostos de renda e da contribuição social		85.043	76.919
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(600)	(5.885)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(9.100)	(6.852)
		(15.700)	(12.737)
Lucro líquido do exercício		70.143	64.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.**Demonstrações do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora	
		31/12/24	31/12/23
Lucro líquido do exercício		70.143	64.182
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		70.143	64.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

15b15iv-sb15ishoq\vd.mcoo.npizialisup.www.\vazqjrl ms oēyaciha V .efhemscimontale obsnizea dñefernuoc Docu
 HIGHH-18YU1-CY@MY-ABYp8 ogiboc

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros		
01 de janeiro de 2023	42.630	25.519	8.526	13.797	-	90.472
Dividendos intermediários	-	-	-	(13.797)	-	(13.797)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.182	64.182
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.323)	(12.323)
Constituição de reservas	-	14.890	-	36.969	(51.859)	-
31 de dezembro de 2023	42.630	40.409	8.526	36.969	-	128.534
Dividendos intermediários	-	-	-	(36.969)	-	(36.969)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	70.143	70.143
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.166)	(13.166)
Constituição de reservas	-	17.478	-	39.499	(56.977)	-
31 de dezembro de 2024	42.630	57.887	8.526	39.499	-	148.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Distribuidora de Água Camaçari S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		85.843	76.919
Ajustes			
Depreciação e amortização	8	8.337	10.529
Valor residual do ativo imobilizado baixado	8	1.055	159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	160	(71)
Juros sobre arrendamento	18	172	-
Juros e variações monetárias, líquidos	10 e 11	5.867	9.491
		101.434	97.027
Aumento/(redução) nos ativos			
Contas a receber	5	275	(880)
Ativo de contrato		(777)	-
Tributos a recuperar	6	(429)	6.741
Estoque	7	(116)	93
Outros ativos		(825)	(240)
(Redução)/aumento nos passivos			
Fornecedores	9	8.891	(1.104)
Salário e encargos sociais		(395)	959
Tributos a pagar	12	1.157	977
Realização contingências ambiental	15	-	(187)
Outros passivos		(1.151)	762
		108.064	104.148
Caixa proveniente das operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos	14	(5.773)	(4.276)
Juros pagos sobre financiamentos e debentures	10 e 11	(28.491)	(27.873)
		73.800	71.999
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	4	(4.877)	(1.126)
Entradas de fundos restritos	4	(507)	948
Saídas de fundos restritos	4	690	(790)
Adições de imobilizado	8	(44.517)	(13.218)
		(49.211)	(14.186)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	16	(49.292)	(13.797)
Pagamento parcela arrendamento	18	(897)	-
Ingressos de debêntures	11	50.000	-
Amortizações de financiamentos	10	(518)	(1.694)
Amortizações das debêntures	11	(27.625)	(27.608)
		(28.332)	(43.099)
		(3.743)	14.714
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	41.595	26.881
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	37.852	41.595
		(3.743)	14.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

0

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Distribuidora de Água Camaçari S.A. (DAC) é controlada pela Cetrel S.A., tem como objetivo social a atividade de captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clarificada, Potável e Desmineralizada, conforme especificação estabelecida, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação através da Portaria INEMA nº 27.186/22.

A Companhia atende às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia, tendo como seu principal cliente a Braskem S.A. (“Braskem”), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 25 de abril de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo em cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

1.3 Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 17 (a) - Receita: reconhecimento de receita: se a receita de produto é reconhecida um momento específico no tempo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 14 – Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota de Políticas contábeis materiais nº 2.2 – Instrumentos financeiros.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.1 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

A - IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- a) As entidades são obrigadas a classificar todas receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- b) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- c) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

B – Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

2.2 Instrumentos financeiros

2.2.1 Reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, e mensurados ao valor justo por meio do resultado

(VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundos restritos e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures.

(i) **Desreconhecimento**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(ii) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e contratos de financiamentos.

2.4 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Na data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou a estimativa de vida útil de seus ativos imobilizados, resultando em uma redução geral das taxas de depreciação utilizadas. Essa revisão foi motivada pelo prolongamento da vida útil econômica dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através de sua área técnica interna, corroborou as vidas úteis atualmente aplicadas.

Para embasar essa análise, foi contratada uma empresa especializada, que emitiu um laudo de avaliação. O laudo considerou diversos fatores relevantes, como: planejamento operacional da Companhia para os próximos anos; histórico e *performance* dos ativos; plano de manutenção e utilização dos bens; tecnologias disponíveis no mercado; recomendações e manuais dos fabricantes; taxas de depreciação de ativos similares em outras empresas.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto, todos os gastos com materiais, mão de obra direta e gastos com instalação, até o momento em que os bens entram em operação, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

2.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, quando identificado algum risco significativo que impacte a avaliação da administração sobre a perda esperada dos valores a receber a vencer, de acordo com análise individualizada por título ou cliente, é contabilizada provisão para perda.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes, com base em análise individual dos títulos emitidos, recebidos, atrasos no recebimento, perdas efetivas por não recebimento, e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o *aging list*.

O cálculo de provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de três anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2024.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.8 Patrimônio líquido

2.8.1 Capital social

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos para as acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas acionistas em Assembleia Geral.

2.8.2 Reserva de incentivo fiscal

O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

2.8.3 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

2.8.4 Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

2.9 Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto para o cliente. Os clientes obtêm controle do produto no momento que os medidores reconhecem o uso. A receita compreende a captação e o tratamento da água bruta e a distribuição das utilidades: água clarificada, desmineralizada, potável e industrial, conforme especificação estabelecida. As utilidades são distribuídas pela Companhia via tubovia para as empresas interligadas ao seu sistema. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando mensura o consumo (m³) dos clientes por meio de instrumentos medidores de volume e relaciona aos preços unitários (R\$/m³) de cada cliente. O valor pode ser apurado com segurança, devido ao acompanhamento das leituras programadas pela Companhia na presença do cliente e a verificação, calibração e validação dos instrumentos medidores de volume de forma periódica.

2.10 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75% da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 2023 a 2032. Ante o exposto, a Companhia constituiu o benefício no montante de R\$ 13.472 no exercício de 2024.

O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais acumulados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelas diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

No que tange ao diferido passivo, a Administração da Companhia reconheceu os encargos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados. A Companhia registrou ainda imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldo de diferenças temporárias e ajustes decorrentes da aplicação da Lei nº 11.638.

2.12 Arrendamento

No início do contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

2.13 Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. As subvenções relacionadas a ativos são reconhecidas no resultado como “Outras receitas”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “Outras receitas” em uma base sistemática durante o período em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que busca minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

a. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber, a Companhia adota práticas de avaliação de crédito previstas em seu procedimento de crédito e cobrança.

A Companhia tem como seu principal cliente a Braskem, cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013. O conta a receber é representado por 64,09% (59,07%, 2023) da Braskem e 35,91% (34,15%, 2023) por outros clientes.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, somente em bancos considerados de primeira linha e instituições financeiras, contas a receber e fundos restritos na data do balanço (Notas Explicativas n°s 4 e 5).

b. Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

31 de dezembro de 2024			
Passivos financeiros	Valor Contábil	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedor	14.449	14.449	-
Passivo de arrendamento	1.925	1.925	-
Debêntures	63.476	5.847	32.952
	79.850	22.221	32.952

31 de dezembro de 2023			
Passivos financeiros	Valor contábil	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Fornecedores	5.558	5.558	-
Financiamentos	546	546	-
Debêntures	63.698	69.281	-
	69.802	75.385	-

c. *Análise de sensibilidade – taxa de juros*

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário para as taxas de juros às quais a Companhia está exposta. A Administração considerou cenários positivos e negativos com variação de 15%.

Indicadores	Exposição	Cenário atual	Cenário (15%)
Ativo	43.427		
Aplicações financeiras			
CDI	43.427	13,15%	15,12% / 11,18%
Impacto valorização	-	5.711	7.431
Impacto desvalorização	-	-	5.492
Passivo	63.476		
Debêntures	63.476		

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

IPCA(i)	-	4,83%	5,55% / 4,11%
Impacto valorização	-	3.066	3.696
Impacto desvalorização	-	-	2.732

Projeção para o exercício de 2024. Fonte: Boletim Focus

- (i) A incidência do IPCA é sobre o saldo do principal das debêntures, sendo os saldos de principal e juros de R\$ 56.902 e R\$ 6.574, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024.

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, todos classificados no nível 2.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	37.852	41.595
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	6.003	1.126
Fundos restritos	Valor justo por meio de resultado	13.540	13.723
Contas a receber	Custo amortizado	17.994	18.429
		<u>75.389</u>	<u>74.873</u>
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	(14.449)	(5.558)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	(1.925)	-
Financiamentos	Custo amortizado	-	(546)
Debêntures	Custo amortizado	(63.476)	(63.698)
		<u>(79.850)</u>	<u>(69.802)</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito

	2024	2023
Bancos conta movimento	428	122
Aplicações financeiras	37.424	41.473
Caixa e equivalentes de caixa	<u>37.852</u>	<u>41.595</u>
Aplicação financeira	6.003	1.126
Aplicações financeiras - caixa restrito	13.540	13.723

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Total	<u>57.395</u>	<u>56.444</u>
Circulante	43.855	42.721
Não circulante	13.540	13.723

4.1 Movimentação de fundos restritos

Modalidade	2023	Entradas	Saidas	2024
CDB	13.618	507	(584)	13.540
Fundo Investimentos	<u>105</u>	<u>-</u>	<u>(105)</u>	<u>-</u>
	<u>13.723</u>	<u>507</u>	<u>(690)</u>	<u>13.540</u>

O saldo de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, está representado substancialmente por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) e operações compromissadas com bancos de primeira linha detentores de *rating* mínimo A+ ou A1, de acordo com a classificação de agência especializada. A remuneração média do exercício foi de 105% (2023 - 110%) do CDI.

As aplicações financeiras de caixa restrito são vinculadas ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e financiamentos. Como cumprimento às obrigações previstas nas debêntures, é mantido o valor correspondente a 300% da parcela mensal.

5 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Nota explicativa	2024	2023
Clientes privados e públicos		737	395
Partes relacionadas	13	17.678	18.294
PECLD		<u>(421)</u>	<u>(260)</u>
Total		<u>17.994</u>	<u>18.429</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2024	2023
A vencer	17.405	17.733
Até 30 dias	529	813
De 31 a 60 dias	147	7
De 61 a 90 dias	-	1
De 91 a 180 dias	7	-

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Acima 181 dias	<u>327</u>	<u>135</u>
	<u>18.415</u>	<u>18.689</u>
PECLD	<u>(421)</u>	<u>(260)</u>
	<u>17.994</u>	<u>18.429</u>

Movimentação do PCLD

	2024	2023
Saldo Inicial	(260)	(331)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.999)	(2.453)
(+) Estorno de provisão por recebimentos	1.838	2.524
Saldo final	<u>(421)</u>	<u>(260)</u>

6 Tributos a recuperar

	2024	2023
ICMS	1.298	1.467
Outros	654	56
Total	<u>1.952</u>	<u>1.523</u>
Circulante	860	262
Não circulante	1.092	1.261

7 Estoques

	2024	2023
Materiais de manutenção	5.342	4.929
Materiais de uso e consumo	344	641
Total	<u>5.686</u>	<u>5.570</u>

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

8 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos(i)	Edificações	Móveis e utensílios	Poços	Tubulações	Obras em andamento (ii)	Outros	Total
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	421	117.751	28.606	841	15.803	30.956	25.234	2.276	221.888
Adições	-	2.027	-	62	382	-	10.273	34	12.778
Baixas	-	(1.141)	-	-	-	-	(111)	(35)	(1.287)
Transferências	-	5.928	5.522	-	544	9.892	(21.886)	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	421	124.565	34.128	903	16.729	40.848	13.510	2.275	233.379
Depreciação									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	(290)	(80.109)	(13.562)	(366)	(4.935)	(7.535)	-	(1.109)	(107.906)
Adições	(44)	(5.399)	(1.755)	(80)	(932)	(2.132)	-	(187)	(10.529)
Baixas	-	1.128	-	-	-	-	-	-	1.128
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(334)	(84.380)	(15.317)	(446)	(5.867)	(9.667)	-	(1.296)	(117.307)
Valor contábil líquido	87	40.185	18.811	457	10.862	31.181	13.510	979	116.072
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	421	124.565	34.128	903	16.729	40.848	13.510	2.275	233.379
Adições	-	573	-	14	-	-	42.508	1.422	44.517

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Baixas	(13)	-	-	-	-	-	(67)	(987)	(1.068)
Transferências	-	73	-	0	-	736	(810)	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	408	125.211	34.128	917	16.729	41.584	55.141	2.710	276.828
Depreciação									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	(334)	(84.380)	(15.317)	(446)	(5.867)	(9.567)	-	(1.296)	(117.307)
Adições	(33)	(3.689)	(854)	(72)	(1.040)	(5.590)	-	(60)	(8.337)
Baixas	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(353)	(88.069)	(16.171)	(518)	(6.907)	(12.257)	-	(1.356)	(125.631)
Valor contábil líquido	54	37.142	17.957	399	9.822	29.327	55.141	1.354	151.197
Vida útil (anos)	5	3 a 33	14 a 50	10	4 a 20	7 a 43	-	5 a 48	-

- (i) Máquinas e equipamentos são todos os bens móveis utilizados no processo produtivo da Companhia, como motores, rotores, bombas, filtros, vasos de pressão, painéis, transformadores, válvulas, entre outros.
- (ii) O saldo de obras em andamento R\$ 55.141 é referente a aquisições de materiais e serviços para construção de Novos Poços, adutora e demais itens de atendimento as recomendações para a confiabilidade dos ativos, com expectativas de conclusão prevista para o 1º semestre de 2025, com exceção dos projetos plurianuais.

A Companhia efetuou a análise de *impairment* dos seus bens e entende que seus ativos podem operar de acordo com a capacidade planejada, não havendo indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

9 Fornecedores

	Nota	2024	2023
BDG CONSTRUTORA LTDA (iii)		3.095	-
MANSERV MONTAGEM E MANUTENCAO S/A (iii)		2.229	748
BRASKEM S/A (i)	13	1.461	1.129
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.		787	-
SEMPEL PAINÉIS ELÉTRICOS LTDA		722	-
EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA		656	1.140
F A G CAVALCANTI - ME		517	106
SPECIALITY ELECTRONIC MATERIALS SWITZERLAND GMBH		481	-
EBARA INDÚSTRIAS MECANICAS E COM. LTDA		450	-
GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA.		345	337
Outros(ii)		3.706	2.098
Total de fornecedor		14.449	5.558

- (i) O saldo de R\$ 1.461 refere-se ao fornecimento de produto químico.
- (ii) O saldo de Outros refere-se, em sua maioria, a serviço de terceiros.
- (iii) Os valores de R\$ 5.324 referem-se em grande parte a compras para construção de novos poços e adutora.

10 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Instituição financeira	Modalidade e encargos financeiros anuais	Vencimento	2024	2023
Caixa Econômica Federal	3,50% a.a.	dez/23	-	-
Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") (i)	2,78% a.a. + IPCA	dez/24	-	546
(-) Custos de transação			-	-
			-	546
Total de financiamentos curto prazo			-	546
(-) Custos de transação			-	-
Circulante			-	546

- (i) Financiamentos obtidos com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor total de R\$ 2.218, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados à aquisição e instalação de equipamentos para a planta industrial. Esses financiamentos, que eram garantidos por carta de fiança e bloqueio de conta corrente, foram liquidados em dezembro de 2024.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2024

b. Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	546	2.275
(+) Adição de principal	18	-
(+) Adição de juros	13	72
(-) Amortização de principal	(518)	(1.694)
(-) Amortização de juros	(40)	(112)
(+) Custo de transação	-	5
Saldo no final do exercício	<u>546</u>	<u>546</u>

c. Garantias e outras informações relevantes

Os contratos tinham por objeto financiar a aquisição de equipamentos destinados à modernização dos processos e da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água. Os contratos não apresentaram *covenants* financeiros relacionados.

Possuíam as seguintes garantias:

Banco do Nordeste - Fiança bancária e bloqueio de conta reserva.

11 Debêntures

a. Composição

Instituição financeira	Emissão	Vencimento	Custo	2024	2023
BB - Banco de Investimento S.A.	mar/13	mar/25	6% + IPCA	13.363	63.809
Banco Modal	ago/24	ago/32	8,85% + IPCA	50.988	-
(-) Custos de transação				(875)	(111)
				<u>63.476</u>	<u>63.698</u>
Total de debêntures curto prazo				17.292	51.111
(-) Custos de transação				(132)	(109)
Circulante				<u>17.160</u>	<u>51.002</u>
Total de debêntures longo prazo				47.059	12.698
(-) Custos de transação				(743)	(2)
Não circulante				<u>46.316</u>	<u>12.696</u>
				<u>63.476</u>	<u>63.698</u>

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

b. Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	63.698	109.653
(+) Captação de Debentures	50.000	-
(+) Encargos financeiros	6.597	9.300
(-) Amortização de principal	(27.625)	(27.608)
(-) Amortização de juros	(28.445)	(27.761)
(+) Custo de transação	(748)	114
	63.476	63.698
Saldo no final do exercício	63.476	63.698

c. Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2024
2026	7.059
2027	7.059
2028	7.059
2029	7.059
2030 em diante	18.823
	47.059
(-) Custo de transação	(743)
Saldo no final do exercício	46.316

d. Garantias e outras informações relevantes

Em 15 de março de 2013, a DAC realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 170.000 (cento e setenta milhões de reais), com carência de 48 meses, remuneração pela atualização do IPCA e juros de 6% a.a., com vencimento final em 15 de março de 2025, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Banco Bradesco S.A.

Garantias: A companhia celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com manutenção de Contas Vinculadas conforme termos previstos nos instrumentos de cessão. Não há covenants financeiros para esta emissão.

Em 15 de agosto de 2024, a DAC realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com carência de 12 meses, remuneração pela atualização do IPCA e juros de 8,85% a.a., com vencimento final em 15 de agosto de 2032, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Garantias: A companhia celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com manutenção de Contas Vinculadas conforme termos previstos nos instrumentos de cessão.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, o índice financeiro pactuado é "Dívida Líquida sobre EBITDA" não sendo maior ou igual a: (a) 2,00 (dois), tendo como base o exercício do ano de 2024, (b) 2,50 (dois e meio), tendo como base o exercício do ano de 2025 (c) 3,00 (três), tendo como base o exercício

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

do ano de 2026 e os anos subsequentes, sendo a primeira apuração a ser realizada com base o exercício do ano de 2024.

12 Tributos a pagar

	2024	2023
IRRF retido de terceiros	13	5
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	1	34
INSS retido de terceiros	425	44
ISS retido de terceiros	289	25
PIS e COFINS a recolher	876	1.161
ICMS a recolher	1.074	1.135
IOF	883	-
	3.561	2.404
Circulante	2.961	2.404
Não Circulante	600	-

13 Transações com partes relacionadas

Algumas dessas entidades fizeram negócio com o grupo durante o ano. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal-chave da Administração.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2024

	Ativo		Passivo				Resultado		
	circulante		circulante						
	Contas a receber		Fornecedores		Dividendos		Receita de vendas	Compras	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Ambev S.A.		51					75	138	
Basf S.A.	1.333	1.567					15.895	14.252	
Braskem S.A (i)	11.329	11.040	1.461	1.129			142.942	145.740	(17.155) (15.140)
Companhia Brasileira de Estireno	206	1.349					8.282	9.873	
Cetrel S.A.					13.166	12.323			
Copenor Comp. Petroquímica do Nordeste	90	64					1.089	987	
Deten Química S.A.	475	502					5.936	5.347	
Elekeiroz S.A.	830	736					9.930	7.578	
IPC do Nordeste Ltda	13	13					157	176	
Monsanto do Brasil Ltda	262	380					3.650	4.086	
Oleoquímica Indústria e Com. Prod. Químicos Ltda							122	114	
Oxitenor Nordeste S.A. Ind. e Comércio	2.192	2.229					29.044	30.245	
Paranapanema S.A									(2.355)
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	122	122							
Proquigel Química S.A	641	78					2.011	424	
White Martins Gases Industriais Ltda	177	156					1.996	1.426	
Outros	8	7					170	161	
	<u>17.678</u>	<u>18.294</u>	<u>1.461</u>	<u>1.129</u>	<u>13.166</u>	<u>12.323</u>	<u>221.299</u>	<u>220.547</u>	<u>(17.155)</u> <u>(17.495)</u>

(i) O saldo de R\$ 1.461 refere-se ao fornecimento de produto químico (Nota Explicativa nº 9).

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui conselheiros, diretores e gerentes operacionais da Companhia. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Salários e encargos	504	464
Participação nos lucros	104	115
	608	579

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2024	2023
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	5.843	76.919
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(2.187)	(26.152)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	3.487	13.415
Incentivos fiscais	13.569	12.390
Outros	(82)	1.025
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(15.700)	(12.737)
Alíquota efetiva	18%	17%
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas	(6.600)	(5.885)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	(9.100)	(6.852)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(15.700)	(12.737)

b. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo fiscal diferido	14.238	25.191
Passivo fiscal diferido	(1.947)	(1.688)
	12.291	23.503

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem,

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido existente, conforme estimativa a seguir:

c. Expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	11.188	8.794
Ativo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	3.050	16.397
	<u>14.238</u>	<u>25.191</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:		
2024	-	8.794
2025	11.188	10.798
2026	1.054	3.416
2027	-	-
Demais anos (i)	1.996	2.183
	<u>14.238</u>	<u>25.191</u>

(i) Trata-se de saldo de adições temporárias de provisão de gastos.

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição, limitado a 30% do lucro tributável, conforme legislação fiscal vigente.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

d. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	Reconhecido na demonstração do resultado	2023	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido em contas patrimoniais (ii)	2024
Ativo fiscal diferido						
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	30.913	(7.904)	23.008	(8.654)	(2.112)	12.242
Provisões	1.704	478	2.183	(187)	-	1.996
	<u>32.617</u>	<u>(7.426)</u>	<u>25.191</u>	<u>(8.841)</u>	<u>(2.112)</u>	<u>14.238</u>
Passivo fiscal diferido						
Depreciação ⁽ⁱ⁾	(2.262)	574	(1.688)	(259)		(1.947)
	<u>30.355</u>	<u>(6.852)</u>	<u>23.503</u>	<u>(9.100)</u>	<u>(2.112)</u>	<u>12.291</u>

(i) Diferença de taxa de depreciação adotada pela Companhia com relação à taxa fiscal definida em normas vigentes.

(ii) O valor reconhecido em contas patrimoniais deve-se a abatimento de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL proveniente de Transação Programa Litígio Zero ("PLZ") 2024, referente a regularização de 70% de débito de IOF.

15 Provisões

a. Passivo ambiental

Saldo em 31 de dezembro de 2022	235
(+) Provisão adicionais reconhecidas	-
(-) Utilização da provisão	(187)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48

A Companhia provisionou R\$ 296 de contingências ambiental no exercício de 2021, cujo saldo utilizado até 2024 foi no valor de R\$ 248 (R\$ 187 – 2023) decorrente da realização dos seus gastos relativos a remediações ambientais. Essa provisão se dá em decorrência de gastos considerados pela equipe de Diagnóstico e Remediação da Companhia para Gerenciamento Ambiental da DAC. Tais gastos operacionais estão vinculados aos cumprimentos das recomendações da Resolução CONAMA 420.

b. Contingências - Causas possíveis

A Companhia possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2024, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 147.861 (2023 – R\$ 165.518), conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	2024	2023
Tributário (i)	147.306	164.922
Civil	-	44
Trabalhista	555	552
	<u>147.861</u>	<u>165.518</u>

(i) IR e CSL – Encargos de amortização de ágio

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em junho de 2021, pela dedução de encargos de amortização fiscal de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2012. A Administração, baseada em sua avaliação e dos assessores jurídicos externos da Companhia, estima que são possíveis as chances de perda desses processos, visto que as participações societárias foram adquiridas (i) por valor determinado em condições de livre mercado, (ii) com efetivo pagamento e (iii) propósito comercial decorrente da alocação de ativos de tratamentos de efluentes e resíduos em segmento ambiental. Os processos estão pendentes de julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2024, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 147.306. Em razão do art. 14, da Lei nº 14.689/2023, que determinou o cancelamento do montante de multa em atuação fiscal que exceda 100% do valor do crédito tributário, inscrito ou não em dívida ativa da União o valor classificado anteriormente como possível e restou como remoto foi de R\$ 23.635.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2024

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 42.630, representado por 20.396.249 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	% de participação		Capital Social		Quantidade de ações	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Cetrel S.A.	100	100	42.630	42.630	20.396.249	20.396.249
			42.630	42.630	20.396.249	20.396.249

b. Reserva de incentivo fiscal

No final do exercício de 2018, o Conselho Deliberativo do Desenvolve concedeu os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve), durante 12 anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Resolução nº 169/2018.

Esse benefício resultou na constituição de Receita de Subvenção Desenvolve (reinvestimento) no montante de R\$ 4.006 (2023 - R\$ 2.557).

Adicionalmente, pautado no Benefício de Redução de Imposto de Renda e adicional oportunizado pela SUDENE, tratado na Nota Explicativa nº 2.12, resultou na constituição de Receita de Subvenção no montante de R\$ 13.472 (2023 - R\$ 12.333).

c. Reserva legal

Em 2021, o saldo desta reserva atingiu 20% do capital social, e a Companhia optou por não constituir a reserva legal.

d. Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reservas devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

e. Distribuição de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto no art. 202, é assim demonstrada:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	70.143	64.182
Realização (constituição) de reservas:		
Incentivos fiscais (Nota 16 (b))	(17.478)	(14.890)
	52.665	49.292
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	13.166	12.323
Dividendos pagos	2024	
Dividendos retidos ano 2023	12.323	
Distribuição da reserva de lucros (dividendos intermediários)	36.969	
	49.292	

Durante o ano de 2024, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 36.969, com base no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, foi calculado e provisionado o dividendo mínimo obrigatório com base no resultado de 2024 no total de R\$ 13.166.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

17 Resultado do exercício

a. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	2024	2023
Operações		
Receita de vendas	28.216	221.032
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(40.333)	(39.375)
Receita de Subvenção - Desenvolve	3.635	2.557
	<u>91.518</u>	<u>184.214</u>

b. Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Classificadas por natureza:		
Pessoal		
Remunerações	(11.804)	(11.038)
Encargos sociais e trabalhistas	(7.978)	(7.205)
Outros benefícios	(6.576)	(6.280)
	<u>(26.358)</u>	<u>(24.523)</u>
Materiais	(243)	(200)
Serviços	(5.596)	(5.821)
Manutenções	(12.698)	(14.018)
Insumos		
Água Bruta	(13.435)	(15.625)
Energia Elétrica	(13.142)	(14.298)
Soda Caustica	(5.168)	(5.932)
Outros insumos e utilidades	(11.704)	(10.355)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(160)	71
Outros Gastos	(3.712)	(987)
	<u>(65.858)</u>	<u>(67.165)</u>
Tributos, taxas e contribuições	(841)	(2.049)
Seguros	(737)	(610)
Depreciação e amortização	(7.976)	(9.496)
Outras receitas	-	1.092
Outras	990	(75)
	<u>(8.564)</u>	<u>(11.138)</u>
Total	<u><u>(100.780)</u></u>	<u><u>(102.826)</u></u>

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Classificadas por função:

Custo das mercadorias vendidas	(91.707)	(94.656)
Gerais e administrativas	(9.903)	(9.258)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(160)	71
Outras receitas (despesas), líquidas	990	1.017
	(100.780)	(102.826)

c. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.998	5.732
Variações monetárias	32	310
Multas por atraso de recebimento	79	43
Outras	0	0
(-) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(268)	(269)
	6.841	5.816
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(498)	(302)
Tarifas bancárias	(29)	(13)
Despesas com juros	(8.081)	(9.846)
IOF	(3.001)	-
Outras	(127)	(124)
	(11.736)	(10.285)
Resultado financeiro, líquido	(4.895)	(4.469)

18 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

	Máquinas e Equipamentos	Total
Reconhecimento inicial em 31.12.2023	-	-
Adição/baixa de contrato no período - efeito principal	2.650	2.650
Saldo contábil líquido em 31.12.2024	2.650	2.650
Custo	2.650	2.650
Depreciação acumulada	-	-
Saldo contábil líquido em 31.12.2024	2.650	2.650

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 10,83% a.a., calculadas considerando a taxa média de empréstimos da Companhia. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil dos bens pelo período de 10 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado abaixo:

	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Reconhecimento inicial em 31.12.2023	-	-
Adição de contrato no período - efeito no principal	2.650	2.650
Parcela do arrendamento no exercício	(897)	(897)
Juros sobre arrendamento no exercício	172	172
Saldo contábil líquido em 31.12.2024	<u>1.925</u>	<u>1.925</u>
Circulante	663	663
Não circulante	1.262	1.262

Administração da Companhia

Ciro Gambi Gouveia
 Diretor-presidente


 Kaito Pablo Bueno
 Diretor


 Pedro Ribeiro de Abreu
 Diretor


 Andréa Cunha Santana
 Contadora
 CRC BA 038547/O

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 08/05/2025

Dados do Documento

Tipo de Documento Demonstrações Contábeis
Referência Contrato DF DAC_AS
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 06/05/2025
Validade 06/05/2025 até Indeterminado
Hash Code do Documento 07CB699A6A6B6FFA8B97F62F63FABBFD63C518AC32471145D85C61D5F4A906A9

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Contador
Relacionamento	14.414.973/0001-81 - CETREL
Representante	CPF
Andrea Cunha Santana	792.647.785-00
Ação:	Assinado em 08/05/2025 08:27:13 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 189.43.236.194
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/136.0.0.0 Safari/537.36 Edg/136.0.0.0
Localização	Latitude: -12.6884/ Longitude: -38.2163
Tipo de Acesso	Normal

Papel (parte)	Representante DAC
Relacionamento	01.944.031/0001-63 - DISTRIBUIDORA DE AGUA CAMACARI
Representante	CPF
Pedro Ribeiro de Abreu	796.299.895-49
Ação:	Assinado em 08/05/2025 09:01:57 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 200.166.201.66
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/136.0.0.0 Safari/537.36 Edg/136.0.0.0
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal

Representante	CPF
CIRO CAMBI GOUVEIA	285.441.418-70
Ação:	Assinado em 08/05/2025 08:40:48 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 45.226.85.109
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/136.0.0.0 Safari/537.36 Edg/136.0.0.0
Localização	Latitude: -12.865816/ Longitude: -38.266605
Tipo de Acesso	Normal

Representante	CPF
Kaíto Pablo Bueno	048.863.159-92
Ação:	Assinado em 08/05/2025 03:19:56 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 189.89.169.226
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/135.0.0.0 Safari/537.36 Edg/136.0.0.0
Localização	Latitude: -12.6918409/ Longitude: -38.2110835
Tipo de Acesso	Normal

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **6PY8A-YM6YD-TJ7SI-HHGIH**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.